

ANJ

 ASSOCIAÇÃO
 NACIONAL DE JORNALIS

IVZ

 INSTITUTO VERIFICADOR
 DE JORNALIS

 SISTEMA ATRIBUNA
 DE COMUNICAÇÃO


121 ANOS

ATRIBUNA

 FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894
 M. Nascimento Jr. (1909-1959)
 Giusfredo Santini (1959-1990)
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

MARCOS CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Presidente

ROBERTO CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Vice-Presidente

RENATA SANTINI CYPRIANO
 Diretora de Marketing

FLAVIA CLEMENTE SANTINI
 Diretora de Circulação

PAULO NAEF
 Diretor-Superintendente

ARMINDA AUGUSTO
 Editora-Chefe

MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES
 Gerente Comercial e Marketing

MARCO ANTONIO DA COSTA
 Gerente Industrial

A lei deve incentivar e não obrigar

Em dezembro de 2013 foi aprovada a revisão do Plano Diretor de Santos. Trata-se do instrumento que define as diretrizes para o desenvolvimento da cidade, buscando assegurar qualidade de vida, crescimento econômico e inclusão social. Houve discussões com a comunidade, e a proposta apresentada acabou aprovada na Câmara Municipal, sem maiores problemas.

O Plano Diretor é um documento voltado ao planejamento estratégico, mas com definições amplas e gerais. Após sua aprovação, as atenções se voltaram à mudança da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que, seguindo as orientações do Plano, interfere de modo muito mais concreto na vida das pessoas e nos interesses das empresas. Como o nome sugere, o “uso” do solo remete às formas e maneiras como as atividades se desenvolvem na cidade, e envolve a questão do zoneamento – onde estarão residências, comércio, serviços, e se eles poderão conviver entre si. Por outro lado, a “ocupação” diz respeito ao modo como as edificações serão construídas – verticalização, com prédios altos, recuos, exigências de áreas verdes nos lotes.

É evidente que o tema é polêmico. Interessa à população em geral, que vive e mora na cidade e é afetada pelo uso permitido (ou não) e pelas construções feitas. Mas desperta também a atenção das empresas: o comércio e serviços, na questão do uso do solo, e o setor imobiliário (construtoras e incorporadoras), quanto à

ocupação. A permissão de bares e casas noturnas em áreas residenciais é fator de conflitos, enquanto limitar o número de andares ou o tamanho dos prédios pode provocar alterações importantes na economia.

A demora em concluir o projeto de lei traduz essas dificuldades. Passado um ano da aprovação do Plano Diretor, não se chegou ainda a um consenso sobre a nova proposta da Lei de Uso e Ocupação do Solo, e a expectativa inicial que o projeto fosse enviado à Câmara Municipal em 2014 frustrou-se. Acerta a administração em prosseguir, de maneira cautelosa e prudente, as discussões em torno da questão. A minuta do novo projeto foi elaborada, mas ainda está em análise pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano e depois passará por audiências públicas.

As ideias de incentivar a instalação de comércio de baixo impacto na Zona Noroeste, de modo a reduzir deslocamentos, e a verticalização nas vias por onde passará o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para moradias de baixa e média renda são interessantes e merecem ser aprofundadas. No entanto, um cuidado deve existir, notadamente quanto à ocupação do solo. A legislação deve criar mecanismos de incentivo, mas não pretender definir, com rigor, como e onde ocorrerá o desenvolvimento imobiliário. Urbanismo não é uma ciência exata, e tem limites. Extrapolá-los pode significar um perigoso fator de estagnação e paralisação dos negócios.

Política e economia

Não há dúvida de que decisões e políticas econômicas afetam de modo direto a vida das pessoas e das empresas. Discute-se muito, entretanto, como, quando e por que tais políticas são adotadas, e principalmente sobre o que devem os responsáveis pela condução econômica de um país. Há quem defenda a alternativa técnica – a racionalidade prevalecendo, e técnicos habilitados e capazes promovendo ajustes e implantando a “correta política econômica”. Nessa linha de visão, os problemas poderiam ser resolvidos se os caminhos corretos fossem adotados, ou seja, equilíbrio nas contas públicas, inflação sob controle absoluto, políticas adequadas para o desenvolvimento industrial, com apoio e incentivo para as exportações.

As coisas não são tão simples assim. As decisões erradas não são tomadas pela ignorância (ou má fé) dos políticos ou pela falta de assessoria técnica adequada. Ao contrário, refletem muito mais cenários e conjunturas muito bem definidos, com pouca margem de ação. E para complicar ainda mais o quadro, há problemas estruturais, que vêm de longe, e pressões de todos os lados, típicas nas sociedades democráticas.

Há, ainda, um ponto importante: a economia não é uma ciência exata, que não se descola nem se desprende do ambiente político. Isso está muito claro nas mudanças em curso no governo federal, com inflexão na condução econômica, com a indicação da nova equipe econômica que será

comandada pelo ministro da Fazenda indicado, Joaquim Levy.

A alteração de rota, que veio para valer, decorreu da percepção política da atual situação. Não foram os economistas ligados ao PT ou ao governo que chegaram a essa conclusão: ao contrário, vários deles estão contrariados, preocupados e críticos desde já com as mudanças. Foram os políticos do partido e seus aliados que, de modo objetivo e pragmático, perceberam que a condução anterior falhara, ameaçando sua própria sobrevivência.

Para que o crescimento volte a ocorrer, e os graves problemas estruturais sejam superados, é necessário muito mais do que políticas econômicas ortodoxas, com controle do déficit público e ação firme contra a inflação. O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff precisará avançar, de modo substantivo, na questão política, construindo bases efetivas no Congresso e na sociedade. Política não se faz com barganha ou cooptação: isso é frágil e perigoso, como demonstra a história recente do País. Ao contrário, exige diálogo, paciência, busca de consensos, desenvolvidos a partir de um plano consistente e persistente.

A grande dúvida é se, ao lado da nova condução da política econômica, já definida, haverá uma gestão política de qualidade. Se ela não acontecer, não adiantarão economistas, planos e pacotes: eles estarão condenados ao fracasso, inapelavelmente.

Do leitor

E-MAIL
 leitor@atribuna.com.br

As cartas enviadas à *Tribuna do Leitor* devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

ATENDIMENTO AO LEITOR
 Telefone: 0800-727 7710

REDAÇÃO
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos,
 São Paulo. CEP 11013-900

‘Qual a explicação?’

Em atenção aos leitores Anderson da Silva Silvino e Wania Rangel, a Secretaria Municipal de Gestão (Seges) esclarece que não mantém contrato, nem vai contratar empresa para fornecer alimentação com preço até seis vezes superior à média do mercado, conforme informado pelos órgãos de imprensa. A publicação do resultado da homologação da licitação no DO, como foi feita no dia 1º, é procedimento obrigatório de acordo com a Lei 8.666/93 (Lei Federal de Licitações). Isso não significa, no entanto, que a empresa vencedora automaticamente será contratada. No caso em questão, como os preços da empresa vencedora do pregão eletrônico ficaram acima da média do mercado, o contrato não será assinado. Portanto, não houve, nem haverá prejuízo aos cofres públicos. Constituída exclusivamente por servidores públicos estatutários efetivos, a Comissão de Licitação da Prefeitura tem todos os seus atos auditados pela Controladoria Geral do Município (CGM) e Tribunal de Contas do Estado (TCE), sem qualquer questionamento que macule a integridade e honestidade desses servidores. Por fim, neste ano a Prefeitura economizará, em média, 30% dos gastos com a aquisição de produtos e serviços nos processos licitatórios mediante pregão eletrônico. O benefício é resultado das ações do programa “Eficiência Total”, lançado em janeiro para o aperfeiçoamento e o maior controle dos recursos na administração municipal. A redu-

ção de 1/3 entre o valor orçado e o licitado representa uma economia superior a R\$ 20 milhões anuais. Tudo isso só foi possível porque a Seges faz as licitações com empresas de todo o país, ampliando a concorrência e a transparência dos atos públicos, sempre em busca do menor preço e respeito ao dinheiro do contribuinte.

ASSES. DE IMPRENSA PREFEITURA DE SANTOS

Bandeira nacional



Próximo ao Canal 5, lado do Gonzaga, na areia da praia, funciona um ambulante de bebidas que mantém hasteada uma bandeira da Argentina ao lado do seu carrinho. Até onde minha memória permite recordar, a lei estabelece que não deve ser permitida a presença de qualquer bandeira de país estrangeiro sem que o pavilhão nacional esteja no mesmo ambiente, em posição privilegiada e mais alta. Será que até nisso estamos fazendo vistas grossas e ignorando os sentimentos de cidadania e patriotismo? Será que os

argentinos aceitariam passivamente nossa bandeira tremulando solitária em seu território? Será que estamos perdendo, definitivamente, o pouco que nos resta de amor próprio?

ISMAR DE BARROS - SANTOS

Usiminas

Há tempos a Usiminas, ex-Cosipa, se tornou perseguidora implacável dos funcionários da ativa e dos inativos. Os valores absurdos cobrados a título de reajuste no Plano de Saúde da Fundação São Francisco Xavier, que pertence à empresa, na faixa de aproximados 80% (2011), causou inúmeras brigas nos corredores judiciais, fazendo com que muitos dos participantes perdessem direito àquilo com o qual contribuíram por mais de 40 anos, ficando à mercê das intempéries burocráticas do nosso país. Agora, a empresa reajusta o seguro por morte, da Bradesco Seguradora.

Em resumo, a filosofia da Usiminas, que pertence ao grupo Nippon Steel (acionista majoritário), é acabar com os idosos ex-cosipanos o mais depressa possível!

LINO FERNANDES GOUVEIA - SÃO VICENTE

Ponta da Praia

A restrição do estacionamento de veículos no Canal 3 foi assunto desgastado entre população e CET/PMS. Por que, em contrapartida, no trecho do Canal 6 até a balsa, onde há diversos pontos de ônibus desativados, não se retiraram esses pontos criando-se mais vagas de estacionamento?

JEFFERSON CAMARGO - SANTOS

Tribuna Livre

CARLOS CONDE, Jornalista e analista político

O clã dos Covas

Uma noite, quando era senador, Mário Covas me convidou para descer a Santos e jantar na casa de sua filha Renata, na famosa Rua Guaibê. Participariam do evento gastronômico, também, sua esposa, d. Lila, e seu genro Pedro.

O jantar foi agradabilíssimo, tanto pela qualidade do cardápio quanto pela riqueza da conversa. Quando o motorista Gomes já ensaiava as primeiras manobras para retornarmos a São Paulo, o senador fez um comentário muito interessante. Mirando sua filha, que estava pensativa junto ao portão, ele proferiu a seguinte sentença: “Ela é a melhor política da família”.

Apesar dessa classificação, feita por um mestre consagrado da política, Renata preferiu não se aventurar em busca de cargos no Executivo ou Legislativo. Deixou essa tarefa, de perpetuar o clã dos Covas, primeiro ao seu filho Bruno e depois ao seu irmão Mário Covas Neto, o Zuzinha.

Os fatos mostram que ela transferiu a responsabilidade para boas mãos. Bruno é um campeão de votos, primeiro para a Assembleia Legislativa e, agora, para a Câmara dos Deputados. E seu tio Zuzinha teve uma confortável votação para a Câmara Municipal paulistana.

Já de olho, certamente, em voos mais altos, eles transferiram os respectivos títulos eleitorais para a Capital. Isso, claro, sem prejuízo da sua conhecida paixão por Santos e região e dos benefícios que poderão trazer à Baixada Santista



nos lugares mais altos que eventualmente alcancem. Como, aliás, aconteceu com Mário Covas. Um outro grande político de Santos, Silvio Fernandes Lopes, por pouco não chegou ao Palácio dos Bandeirantes. Foi atingido, em pleno voo, pela força das injunções políticas e pelo poder corrosivo do dinheiro.

Bruno e Zuzinha não inovaram. Alguns dos políticos paulistas mais importantes fizeram o mesmo percurso. Ademar de Barros foi de São Manoel para a Capital; Jânio Quadros veio de Mato Grosso; o doutor Ulysses, de Rio Claro. E assim por diante. Não por acaso. Com sua condição de megalópole, sem contar as cidades que a circundam, São Paulo é uma plataforma de lançamento extremamente destacada para quem sonha sonhos maiores. No ninho tucano é possível que o prefeito Paulo Alexandre Barbosa tenha que um dia fazer essa opção.

Em termos ideais, tanto para Bruno como para Zuzinha, o próxi-

mo passo seria a Prefeitura do Planalto de Piratininga. Bruno, aliás, teve seu nome incluído, como pré-candidato, quando o PSDB, na última eleição, começou a cogitar nomes. Acabou prevalecendo o de José Serra, derrotado por Fernando Haddad, o concorrente do PT.

No PSDB paulista, até porque é lei da vida e da política, a fila está andando. Serra, depois de sepultada sua incrível obsessão pela Presidência da República, agora conseguiu se acomodar no Senado, lugar compatível com a sua idade e o inverno da sua carreira. Aloísio Nunes Ferreira segue a mesma trilha. O Patriarca do partido, Fernando Henrique Cardoso, depois de chegar ao Palácio do Planalto, passeia seus conhecimentos políticos e seus inegáveis dotes intelectuais pelos rincões do País e do mundo.

Quem sobrevive, e bem, como estrela maior do partido, no Estado e no Brasil, é Geraldo Alckmin. Saiu muito fortalecido na campanha da reeleição e ainda contou com uma ajuda relevante de seu maior concorrente no PSDB, Aécio Neves. O ex-governador amargou duas derrotas significativas, na mesma eleição: perdeu para Dilma Rousseff em sua Minas Gerais e, além disso, não conseguiu eleger o governador. A façanha coube, no pior dos mundos para ele, ao candidato do PT.

Abaixo de Geraldo Alckmin vão surgindo novas caras. E entre elas procuram se posicionar dois santistas. Exatamente Bruno Covas e Mário Covas Neto.